



Índice de dívidas dos estados deve ser votado quarta-feira em comissão

Segundo relator do projeto, Luiz Henrique, há acordo para votar texto até dia 27 em Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar nesta quarta-feira a proposta que alivia caixas estaduais e municipais, relatada pelo senador Luiz Henrique. A iniciativa deve ser aprovada no Plenário até 27 de março.

Proposta que dificulta criação e extinção de órgãos públicos está pronta para análise dos senadores. 4



Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vital do Rêgo (sentado, à dir.) é relator de projeto que regulamenta herança de bancos e outros na pavia

Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeto que define regras para protestos divide parlamentares 3

Audiência no Senado debaterá situação das obras para a Copa do Mundo 2

Paim condena racismo contra juiz no Campeonato Gaúcho de Futebol 3

Adalberto Marques/Integração Nacional

Enchente no Rio Madeira preocupa senadores

Jorge Viana, do Acre, disse estar assustado com o nível das águas. E Valdir Raupp, de Rondônia, informou que a cheia já desalojou 10 mil pessoas no estado. 4

Nível do Rio Madeira passou dos 18 metros e atingiu várias cidades, como a capital de Rondônia, Porto Velho



Adalberto Marques/Integração Nacional

Livres de amarras,
as mulheres vão mais longe

8 de março, Dia Internacional da Mulher

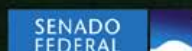
Para que haja igualdade de gênero, é preciso que mulheres e homens recebam o mesmo tratamento pela sociedade. Entenda como a Procuradoria Especial da Mulher atua para que as cidadãs brasileiras tenham cada vez mais liberdade e autonomia, acessando www.senado.leg.br/procuradoria.



preconceito

violência

assédio



Secom / Crispão e Marketing

Geraldo Magalhães/Agência Senado



Obras em aeroportos, como o Internacional de Brasília, estarão entre os assuntos discutidos na reunião interativa da CE

Audiência debaterá situação atual de obras para a Copa

Senadores querem receber informações das auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União nas obras feitas para a Copa do Mundo e discutirão o legado para o país. Público poderá participar

A MENOS DE cem dias do início da Copa do Mundo, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debaterá de forma interativa a real situação das obras para o evento esportivo e o legado para o país. Agendada para as 10h de amanhã, a audiência pública deve ter a presença de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que acompanha as obras em andamento em estádios e aeroportos.

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o Brasil ainda tem desafios a serem superados na contagem regressiva até o pontapé inicial, marcado para 12 de junho em São Paulo.

“As notícias a respeito da situação do Brasil não são favoráveis. Obras atrasadas, acidentes em estádios da

Copa do Mundo, confusão nos aeroportos, infraestrutura precária, caos na segurança pública e na saúde. Todas essas áreas têm importância fundamental na realização de um evento mundial como a Copa do Mundo”, afirma o senador, um dos parlamentares que assinaram o pedido para o debate.

Também subscreveram o requerimento Cyro Miranda (PSDB-GO), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS). A expectativa dos

parlamentares é de que o TCU apresente na audiência informações relativas às auditorias feitas nas obras.

Foram convidados, entre outros, Adalberto Santos de Vasconcelos e Rafael Jardim Cavalcante, do TCU; José Roberto Bernasconi, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco); Larmartine Pereira da Costa, da Universidade de São Paulo (USP); e o jornalista Rodrigo Magalhães Prada.

ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h

▶ Tempo real: http://bit.ly/audienciaCopaAS	▶ Tempo real: http://bit.ly/audienciaCopaEC
▶ Portal Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado	▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
▶ Facebook: alosenado	▶ Facebook: eCidadaniaSF
▶ Twitter: @AloSenado	▶ Twitter: #e_cidadania #CESenado #Copa2014
▶ Alô Senado: 0800 612211	▶ TV: www.senado.leg.br/TV

Renan destaca Dia Internacional da Mulher

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, ressaltando a importância das mulheres para o país e a necessidade de uma luta permanente para fazer valer os direitos delas. Um dos pontos que precisam mudar, segundo Renan, é a pequena presença de mulheres no Congresso.

— Nada justifica que, apesar das cotas, tenhamos tão baixa representatividade no Parlamento, quando sabemos que as mulheres compõem a maioria da população do país — lamentou.

Renan afirmou ainda que “quanto mais abriremos espaços para efetiva participação das mulheres na vida política nacional, mais seremos agra-

ciados com a força, a competência e a capacidade, que não são privilégios de gênero algum”.

O presidente do Senado assegurou ainda que o Parlamento está pronto para agir em defesa da igualdade, aprimorando as leis para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades dadas aos homens.

(Da assessoria da Presidência)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Debates

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Banco do Nordeste

16h Renan Calheiros participa de inauguração de agência do Banco do Nordeste em Rio Largo (AL).

CDH Acidentes com motoristas

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre qualidade de vida dos motoristas em prol de menos acidentes.

TERÇA

CMA Obras públicas

8h30 Projeto que torna obrigatória a inclusão da licença ambiental de instalação entre os documentos que devem constar de edital para licitação de obra pública está na pauta da reunião da comissão.

CCT Identificação de chamada

9h Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, determinação para que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas. Também em análise projetos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CE Copa do Mundo

10h Audiência interativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte debate a situação das obras da Copa e o legado delas.

CAE Pedágio

10h Entre os 20 itens da pauta, projeto sobre isenção de pedágio para pessoas com deficiência e proposta que reduz o ônus tributário para microempresa.

EXPOSIÇÃO Fotos de 2013

11h Solenidade de abertura da exposição 100 Fotos de 2013, no hall de acesso às Alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela.

CMO Prestação de contas

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para apreciar, entre outros itens, a prestação de contas dos dois primeiros anos da gestão da presidente Dilma Rousseff (2011 e 2012).

CRA Agropensa

17h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária fará uma visita à Embrapa para apresentação do Sistema de Inteligência Estratégica da empresa (Agropensa).

QUARTA

CI Energia

7h30 Audiência pública para tratar da situação energética no país. Entre os convidados, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Logo após, projeto sobre direitos de passageiros de transporte aéreo.

CDH/CRE Guarda de crianças

9h Audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater a Convenção de Haia. O objetivo é discutir a guarda internacional de crianças. Participa da audiência a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

CAS Teste da linguinha

9h O teste da linguinha, protocolo de avaliação do frênulo da língua nos bebês, pode se tornar obrigatório em maternidades. Projeto nesse sentido consta da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CDR Transposição do São Francisco

9h Audiência pública sobre as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco. Foi convidado para o debate o ministro da Integração Nacional, Francisco José Teixeira.

CCJ Sabatinas

9h A comissão sabatina Néfi Cordeiro para o Superior Tribunal de Justiça. Às 10h, votação de emendas de Plenário ao projeto que trata da redução dos encargos das dívidas de estados e municípios com a União. Em seguida, os senadores sabatinam Douglas Alencar Rodrigues e José Barroso Filho, que deverão compor, respectivamente, o TST e o STM.

EDUCAÇÃO Financiamento

14h Reunião de trabalho da comissão que propõe soluções para o financiamento da educação.

QUINTA

DESENVOLVIMENTO Reforma urbana

14h A Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que integra a CI, promove debate sobre o tema “Os desafios da reforma urbana”, na Assembleia Legislativa do RN.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Proibição do uso de máscaras nos protestos de rua e endurecimento de penas para atos violentos em concentrações populares estão na proposta do Executivo que deve chegar ao Congresso nesta semana

Mídia Ninja



O direito democrático a manifestações e protestos não pode ser afetado pela proposta, advertem alguns senadores

Projeto do governo sobre protestos divide o Senado

O CONGRESSO DEVE receber nesta semana proposta do Executivo contra abusos em manifestações de rua. Se tiver regime de urgência, como se espera, Câmara e Senado terão, cada um, 45 dias para votar o projeto — ou a pauta do Plenário será trancada.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, adiantou que os objetivos são proibir o anonimato — vedando o uso de máscaras, por exemplo — e enrijecer o tratamento para quem coloca vidas em risco ou danifica patrimônio.

Para alguns senadores, como Ana Amélia (PP-RS) e Jorge Viana (PT-AC), um consenso pode possibilitar a aprovação antes da Copa do Mundo.

— Está em jogo mais do que a imagem do Brasil, mas a segurança dos brasileiros, dos torcedores estrangeiros, de delegações oficiais e mandatários. A bola está com o governo — disse a senadora.

Viana frisou que o Brasil precisa de uma lei clara para regular as manifestações — um direito fundamental previsto na Constituição — e garantir que os participantes possam ser identificados.

— Ficarão claro o papel da polícia e o direito à livre manifestação conquistado pela democracia. Mas a lei não deixará a sociedade exposta a risco — argumentou.

Valdir Raupp (PMDB-RO) concorda com a necessidade de uma lei mais dura para lidar com quem vai a uma manifestação pensando em cometer crimes ou quebra-quebra.

— Isso é coisa de bandido e temos de endurecer com esse pessoal — disse.

Retrocesso

Outro grupo de senadores, porém, avalia que não há necessidade de legislação específica para as manifestações. Paulo Paim (PT-RS) observou

que uma das propostas tipifica condutas já previstas na legislação penal, como depredar, matar ou saquear. Ele teme um retrocesso nas conquistas democráticas.

— Se durante uma manifestação alguém cometer um crime, deverá responder pelo que fez. Mas não acho necessário um projeto dessa natureza, porque já há leis que enquadram quem comete qualquer tipo de crime.

Paim advertiu que qualquer projeto que proíba manifestações e protestos, seja contra o Legislativo, o Executivo ou o Judiciário, não é bem-vindo nem será aceito pela ampla maioria dos senadores. Ele pensa como Viana: o protesto é legítimo desde que seja de cara limpa e sem quebrar.

— É uma posição que percebo ser da ampla maioria do Parlamento. Não somos contra as formas de coibir a agressão, a covardia, o quebra-quebra. Ninguém é a favor disso, mas uma lei que proíbe a manifestação é mais prejudicial que benéfica — disse o senador.

Na mesma linha se posiciona Gim (PTB-DF), que prevê dificuldades para a aprovação do projeto se não houver amplo debate com a sociedade.

— Vamos procurar uma saída, ver o que é melhor e, para isso, devemos fazer audiências públicas. À força, esse projeto não passa — apostou.

A oposição, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), não deve ser contra o projeto, mas também não tem compromisso com a aprovação imediata.

— Toda proposta que chega em função da Copa do Mundo está sob suspeição. Eu, como acredito que seja a maioria dos brasileiros, não estou preocupado com as imposições da toda-poderosa Fifa. Mas tem nosso apoio toda proposta que tende a por fim à violência, como criminalizar o uso de máscaras ou as depredações.

Paim condena racismo contra árbitro no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a manifestação de racismo contra o árbitro de futebol Márcio Chagas da Silva por ocasião da partida de futebol entre o Esportivo e o Veranópolis, na quarta-feira, em Bento Gonçalves (RS), pelo Campeonato Gaúcho.

O árbitro relatou ter sofrido ofensas racistas durante o jogo e, ao final da partida, encontrou o carro coberto por bananas. A notícia sobre o episódio foi lida por Eduardo Suplicy (PT-SP) durante o pronunciamento de Paim.

— Essa minoria que cometeu esse crime terá que

responder pelo que fez. Somente pessoas covardes agem assim. Esse grupo de pessoas atrasadas e equivocadas não representa o povo de Bento Gonçalves e da Serra Gaúcha — criticou o senador.

Paim também lembrou o Dia Internacional da Mulher, comemorado no sábado. O senador elogiou as políticas públicas

que vêm sendo adotadas pelo governo na última década para promover a igualdade entre homens e mulheres. Afirmou, no entanto, que é preciso garantir maior participação feminina na política.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Renda básica pode reduzir tráfico de pessoas, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu e comentou na sexta-feira artigo do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno Assis, sobre o tema da Campanha da Fraternidade

de sobrevivência que ferem a dignidade ou colocam em risco a vida ou a saúde. O senador disse ainda que a campanha da CNBB visa sensibilizar cristãos e pessoas de boa vontade contra essa “chaga social”, que vitimiza principalmente pessoas em situação de fragilidade social, citando as falsas promessas de empregos que resultam em tra-

as práticas da escravidão é a adoção da renda básica de cidadania, já tornada lei por iniciativa de Suplicy, mas ainda não implantada. Segundo ele, ao dispor de uma renda básica, as pessoas vão poder recusar opções

de sobrevivência que ferem a dignidade ou colocam em risco a vida ou a saúde.

balhadores isolados em fazendas distantes, sob a ameaça de armas e de dívidas, e as dificuldades de sobrevivência que levam moças à exploração sexual e jovens a se transformarem em “aviõezinhos do tráfico”.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Maioria de internautas aprova o fim da maioridade penal

O fim da maioridade penal recebeu o apoio de 81% dos internautas que participaram de enquête promovida pelo DataSenado e pela Agência Senado entre 17 de fevereiro e 5 de março. Projeto (PLS 147/2013) de Magno Malta (PR-ES, foto) revoga o artigo 27 do Código Penal para que, independentemente da idade, qualquer pessoa possa ser julgada no âmbito penal. Atualmente, quem tem menos de 18 anos responde à Justiça com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a aplicação de medidas socioeducativas aos menores em conflito com a lei. Os

demais, 19%, se posicionaram contrários à mudança na legislação.

Na justificativa do senador ao projeto, a presunção de que o jovem com idade inferior a 18 anos não tem capacidade de entender o caráter ilícito dos atos que comete tem gerado revolta na sociedade brasileira, que presencia quase diariamente crianças e adolescentes cometendo delitos penais valendo-se da impunidade. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e foi encaminhada a Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto que altera o Código Penal (PLS 236/2012).



Moreira Matiz/Agência Senado

Relator crê em consenso para aprovar texto sobre terrorismo

Eunício Oliveira (PMDB-CE, foto), escolhido pelos líderes partidários para elaborar nova proposta com regras para tipificar o terrorismo, disse que está com o texto praticamente pronto e quer apresentá-lo o mais rápido possível.

— Se o texto for enxuto, especificamente para terrorismo, sem misturar essa questão de movimentos sociais, ou movimento de rua, ou movimento de greve, acho que não vai ter problema na aprovação.

O senador disse haver urgência para que o país tenha uma legislação penal sobre terrorismo, mas assegurou que não há uma pressão da

Fifa para que a proposta seja aprovada antes da Copa.

Eunício informou que tem usado como base os tratados internacionais sobre terrorismo dos quais o Brasil é signatário, além de duas propostas que também

tratam do tema: os PLSs 499/2013 e 236/2012. O primeiro, relatado por Romero Jucá (PMDB-RR), é resultado do trabalho da comissão

mista destinada a regulamentar dispositivos da Constituição. O outro, que tem Pedro Taques (PDT-MT) como relator, reforma o Código Penal e está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Marcos Oliveira/Agência Senado

Troca do IGP-DI pelo IPCA alivia cofres estaduais e municipais e tem acordo de líderes, segundo relator, mas enfrenta resistência do governo, autor do projeto, que não deseja mais a aprovação

Comissão vota novo índice para dívidas dos estados

O NOVO INDEXADOR das dívidas de estados e municípios deve ser votado quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No Plenário, apesar de a pauta ter sido destrancada após a votação da Medida Provisória 626/2013, apenas uma proposta de emenda à Constituição (PEC) está pronta para votação nesta semana, além de requerimentos.

Relator do projeto na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC) informa que há acordo entre líderes de partidos para a votação do PLC 99/2013 — Complementar. O texto sobre as dívidas estaduais e municipais, que depois vai a Plenário, troca o atual indexador (Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, o IGP-DI) mais juros de 6% a 9% ao ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%, não podendo ultrapassar a taxa Selic.

O senador explicou que a retroatividade do novo indexador a 1º de janeiro de 2013 aliviará os caixas estaduais e municipais, sufocados com uma dívida estimada em meio trilhão de reais, gerada pelos juros mais altos do mercado.

O relatório mantém alterações feitas na Câmara dos Deputados ao texto do Executivo com a intenção de evitar um reexame da Câmara antes da sanção. Assim, estabelece descontos nos estoques das dívidas, equivalentes à diferença entre o saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado com a aplicação da variação acu-



Comissão presidida por Vital (D) examina também direito de herdeiros de quiosques

mulada da taxa Selic desde a assinatura dos contratos.

Pelos cálculos do relator, se for aprovado pela CCJ dia 12 e, na semana que vem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto chega ao Plenário por volta do dia 27, apesar da oposição do governo, que, mesmo sendo autor do projeto, não deseja mais a aprovação.

Herança de bancas

A CCJ deve votar também um projeto que deve atrair ao Senado muitas pessoas interessadas em regulamentar a herança de bancas de revista, quiosques, trailer ou estande de feira após a morte ou na invalidez do titular (PLS 137/2013). O projeto que garante aos herdeiros — primeiramente aos cônjuges — a continuidade na exploração de serviços é de Gim (PTB-DF). O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ainda não anunciou o voto.

A PEC 34/2013 deve entrar na pauta do Plenário da semana. O autor, José Agripino

(DEM-RN), pretende dificultar a aprovação de projetos que criam e extinguem órgãos públicos. O governo, porém, já sinalizou que deseja a rejeição da proposta.

— Porque engessa os governos estaduais e municipais. Para criar [instituições] é por lei, para extinguir tem que ser por lei — explicou o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Segundo Gim, ainda nesta semana os partidos devem indicar os nomes dos senadores integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte Público. O governo, segundo Roberto Requião (PMDB-PR), estaria fazendo pressão para que a comissão não seja instalada.

— Até hoje a Mesa está enrolando com pressão do governo. Eu pergunto: por quê? Por que o governo não quer que se abra a caixa-preta dos contratos e das licitações de ônibus no Brasil? Não tem nenhum cabimento — protestou Requião, em Plenário.

Para consultores, governo frustra orçamento impositivo

As regras, procedimentos e prazos elaborados pelo governo para a operacionalização das emendas individuais ao Orçamento Geral da União podem, na prática, frustrar sua execução obrigatória, conforme estabelecido nas regras do orçamento impositivo. A avaliação consta de nota técnica conjunta das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.

O documento foi elaborado para subsidiar os parlamentares na análise da Portaria Interministerial 39, que regulamenta a execução de emendas parlamentares individuais, e da Portaria Interministerial 40, que disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), em relação às execuções obrigatórias das emendas parlamentares individuais.

Apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014, aprovada pelo Congresso Nacional em 2013, ter determinado que a liberação das emendas parlamentares individuais passe a ser obrigatória, as consultorias concluíram que a amplitude dada aos impedimentos de

ordem técnica previstos nas portarias deixaram margem para que a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República dê a palavra final sobre a liberação e, conseqüentemente, o pagamento das emendas parlamentares.

Impedimentos

A indicação incorreta dos dados sobre a emenda pelo parlamentar; a incompatibilidade do projeto com a ação orçamentária, o programa do órgão ou entidade executora; e a não aprovação do plano de trabalho são alguns dos impedimentos técnicos que podem travar a liberação da emenda. Outro fator que pode dificultar a execução das emendas é, de acordo com a nota técnica, o cronograma inflexível definido.

Conforme a avaliação das consultorias, as portarias foram “pródigas na identificação e caracterização de impedimentos”, ao mesmo tempo em que se “esquivaram de fixar prazos para empenho e início da execução das emendas”. A legislação eleitoral impede que as emendas sejam executadas até três meses antes do primeiro turno (4 de julho).



Sessão do Congresso: nota é assinada por consultores das duas Casas

Senadores alertam: águas do Rio Madeira não param de subir

Os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO) voltaram a discursar na sexta-feira sobre a gravidade da enchente do Rio Madeira, que atinge diversas áreas dos dois estados desde o último mês.

Viana informou que apresentou requerimentos aos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes em busca de esclarecimentos sobre a inundação da BR-364 e a possibilidade de haver relação entre o fenômeno e a construção de usinas hidrelétricas na região. Ele acrescentou que a população também deseja saber por que a Ponte do Madeira nunca foi construída.

O senador se mostrou preocupado com o fato de o nível do rio não parar de subir e relatou que o volume de água



Jorge Viana questiona o impacto da construção de hidrelétricas no rio

que passa hoje pelo Madeira é maior que o de alguns trechos do Rio São Francisco.

— Eu mesmo, que conheço bem a região, confesso que estou assustado — disse.

Viana contou que um ponto de embarque de caminhões ficou submerso e elogiou o



Raupp diz, no entanto, que geólogos não veem relação entre obras e cheia

trabalho do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) na construção de um porto de emergência.

Segundo ele, graças às ações do Dnit e do governador do Acre, Tião Viana, ainda está havendo abastecimento de

alimentos e artigos de primeira necessidade.

Valdir Raupp disse que os parlamentares de Rondônia e do Acre não têm feito outra coisa a não ser visitar as comunidades atingidas nas últimas três semanas. Destacou também que o nível do rio já passou de 18 metros e lembrou que essa é a maior enchente em Rondônia nos últimos 47 anos.

De acordo com o senador, as comunidades de São Carlos, Calama, Terra Caída, Cujubim Grande e Nazaré são as mais atingidas, e nesses locais há falta de água potável, de alimentos e grande número de desabrigados.

— Já faz mais de 20 dias que essas pessoas estão lá vivendo sem dignidade, vivendo com dificuldade.

Os estragos no estado, segundo a defesa civil de Rondônia, somam cerca de R\$ 400 milhões, informou o senador. Ele apelou à presidente Dilma Rousseff para que edite uma medida provisória liberando recursos para socorrer a região.

— O gás de cozinha já está custando R\$ 120 em Guajará-Mirim. A situação de Guajará-Mirim é de calamidade pública. Em Porto Velho, já foi decretada situação de calamidade pública porque as águas não param de subir. Há comunidades completamente cobertas pela água. Já há mais de 10 mil pessoas desalojadas.

Raupp citou, no entanto, informações do Serviço Geológico do Brasil, que desvinculam a cheia com a construção de hidrelétricas.